

RESENHAS/REVIEWS

Rafael Eugênio HOYOS-ANDRADE*

BLIKSTEIN, Izidoro — *Kaspar Hauser ou a fabricação da realidade*. São Paulo, Cultrix-Edusp, 1983.
98. p.

Este pequeno livro constitui um comentário semiótico-filosófico do filme de Werner Herzog e, ao mesmo tempo, um denso tratado de semiologia e uma interessante e inovadora proposta epistemológica. A preocupação fundamental do Autor é, sem dúvida, epistemológica; é ele mesmo quem o diz no último parágrafo do Capítulo I: "... trata-se da relação entre língua, pensamento, conhecimento e realidade. Até que ponto o universo dos signos lingüísticos coincide com a realidade "extralingüística"? Como é possível conhecer tal realidade por meio de signos lingüísticos? Qual o alcance da língua sobre o pensamento e a cognição? "(p. 17). É, portanto, uma preocupação epistemológica centrada na problemática relação entre linguagem e conhecimento da realidade. O filme de Herzog, ou melhor ainda, a enigmática figura de Kaspar Hauser (o jovem que, por misteriosas razões não desvendadas até agora, só aprende a falar aos 18 anos) é o estímulo para as interessantíssimas, porém polêmicas reflexões e conclusões do Professor Blikstein.

O Capítulo I — *Kaspar Hauser e o deciframento do mundo* é uma "leitura" semiológica do filme, uma tentativa de mostrar o porquê da indecifrabilidade da paisagem em que aparece colocado o personagem. Segundo o A. a linguagem parece não ser suficiente para "dissolver o permanente mistério e a perplexidade do olhar de Kaspar Hauser", provavelmente, "porque a significação do mundo deve irromper antes mesmo da codificação lingüística com que o recortamos: os significados já vão sendo desenhados na própria percepção/cognição da realidade" (p.17). Estas palavras deixam-nos já entrever o discutível posicionamento final do Autor.

Mais claramente aparece este ponto de vista no último parágrafo do Capítulo II — *Signo, significação e realidade*. Depois de explicar a noção do signo agostiniana, aristotélica, peirceana e saussureana, noção baseada na representatividade e na arbitrariedade do signo, o A. afirma que "a educação — (definida como "inculcação semiológica") —, via de regra, não passa de uma construção semiológica que nos dá a ilusão da realidade" (p.21).

Cap. III — *O triângulo de Ogden e Richards e a significação lingüística*. A apresentação do famoso modelo triangular de Ogden e Richards (baseada em modelos antigos, como o dos estoicos, o de Sto. Agostinho, o dos escolásticos e, inclusive, o de Port Royal) permite a Blikstein lembrar, mais uma vez, qual é a sua preocupação principal, a

*Departamento de Lingüística — Instituto de Letras, História e Psicologia — UNESP — 19800 — Assis — SP.

saber, a relação entre signos e coisas ou, noutros termos, “a natureza e o lugar do acontecimento semântico. Como e quando eclode a significação? Em que momento da cognição irrompe o significado? Qual é o mecanismo de semiose, enfim?” (P.23).

Citando Coseriu, o A. critica, com toda razão, a mania logicista de Ogden e Richards e o fato de eles terem expulsado o referente da teoria do significado lingüístico. Essa expulsão limita a perspectiva semiológica de Ogden e Richards. Mais ainda, constata-se que até hoje lingüistas e semiólogos continuam cercados pelas estreitas fronteiras da relação triádica; em palavras de Blikstein, lingüistas e semiólogos “ainda não souberam transpor as fronteiras da relação triádica e nem definir os contornos do referente” (p.26). Em outros termos, nem a inclusão do referente (segundo as teorias ternárias do signo), nem a sua exclusão contribuíram a esclarecer “a situação da coisa ou objeto extralingüístico” (P. 24). Nesse processo de captura, Blikstein chegará a propor, como veremos a seguir, soluções que não nos parece suficientemente coerentes.

No Cap. IV — *Outros triângulos e o descarte do referente extralingüístico* — depois de mostrar como Ullmann é um simples repetidor de Ogden e Richards e de criticar Baldinger pela sua falta de rigor científico ao chamar “Triângulo de Ullmann” o Triângulo de Ogden e Richards, observa-se que o acréscimo de termos nos vértices do triângulo (por parte de Baldinger) “não constitui acréscimo algum ao modelo de Ogden e Richards” (p. 30); nesta visão, ‘a coisa’ (ou referente) continua sendo extralingüística e, portanto, marginalizada do processo da significação lingüística (*ibidem*). Fica claro, então, que para Blikstein o referente não pode permanecer fora do processo da significação lingüística. Por isso ele lamenta que “a fecunda noção de *objeto mental*, lançada por Baldinger”, acabe reiterando a marginalização do referente quando, em princípio, poderia ter permitido “a captura do referente ou ‘coisa’” *ibidem*. Nós, porém, não vemos como, já que o *objeto mental* é necessariamente *objeto conhecido* e nunca o objeto em si mesmo ou “coisa”.

No trapézio de Hegger, mencionado no final deste capítulo, “continua vazia a passarela que ligaria a “coisa”/realidade/referente ao signo lingüístico. O referente continua fora da semântica e da semiologia, embora se verifique sempre a sua incômoda presença nos bem-arranjados modelos e esquemas dos lingüistas” (p.31). Não vemos por que essa presença seja necessariamente incômoda inclusive nos casos em que se reconheça explicitamente que o referente não é objeto da semântica lingüística: só sentir-se-á incomodado aquele que quer fazer da realidade em si objeto próprio da lingüística e não o consegue.

O cap. V — *A semiologia nas malhas do triângulo de Ogden e Richards*, apresenta a crítica da visão semiológica de Umberto Eco. Com efeito, segundo o A., Eco é um continuador de Ogden e Richards e de Ullmann já em sua primeira “profissão de fé” semiológica em *Opera Aberta* (1962) e não muda de postura em *Le forme del contenuto* (1971), nem em *A theory of semiotics* (1976), apesar de nestas duas obras ter introduzido a noção de *unidade cultural*, ambigüamente definida por Eco, segundo Blikstein, pois embora seja uma noção próxima da de “referência/significado/ objeto mental”, designaria, às vezes, referentes, coisas em si...

Achamos pertinentes as críticas feitas a Eco no que se refere à falta de coerência na definição do que ele chama de unidade cultural. A crítica, porém, não chega a ser convincente quanto à conveniência ou não de o semiólogo se preocupar com a *realidade em si*, com o referente. Eco afirma categoricamente que a noção de referente “é inútil e daninha à semiótica” (nota 34, p. 34). Pode-se, porém, aceitar perfeitamente que o significado, objeto mental, conceito, unidade cultural (ou como se queira chamar o vérti-

ce do triângulo) procede diretamente da realidade em si, como procederiam, aparentemente, as *unidades culturais* de Eco (veja-se a teoria marxista do conceito, concebido como *espelho da realidade*), ao mesmo tempo que se coloca esse *referente em si* fora do objeto formal da semiologia: afinal o emissor não transmite “referentes”, mas referências ligadas inexoravelmente a símbolos, para empregar a terminologia de Ogden e Richards. A ciência dos signos não se ocupa das coisas substituídas mas dos *substitutos* que nos servem para comunicar as nossas experiências (não as nossas experiências *em si mesmas*, que são referentes, mas as “imagens psíquicas”, os objetos mentais que a elas se ligam socialmente...).

Blikstein não se conforma com que Eco volte também, como os seus predecessores, toda a sua atenção para o lado esquerdo do triângulo e tenta provar que, apesar das suas declarações explícitas, Eco acaba sendo ambíguo ao fazer funcionar as suas unidades culturais como referentes dado que a “*unidade cultural* estaria situada na *experiência perceptiva*, portanto numa dimensão anterior à da articulação lingüística” (p. 37), e, conseqüentemente, na dimensão extralingüística do *referente*.

Parece-nos que o A. considera evidente (sem tê-lo, porém, demonstrado) que a *experiência perceptiva* está situada numa instância anterior à da *articulação lingüística*; não concordamos com esta suposição na medida em que — como teremos ocasião de enfatizar posteriormente — não se podem separar *cronologicamente* no ser humano estas duas dimensões, nem mesmo no estágio da mais remota infância, quanto menos no caso de uma pessoa adulta na qual as percepções são automaticamente acompanhadas de signos lingüísticos e vice-versa. É portanto, impróprio se falar aqui, neste contexto, de uma dimensão *anterior* da experiência perceptiva.

Cap. VI — *A modelagem lingüística do universo*. Neste capítulo, bastante polêmico na nossa opinião, o Prof. Blikstein insiste na conveniência de conservar o referente (extralingüístico) dentro da lingüística pelo fato de ele ser necessário para a “produção do evento semântico” (p. 38). Permitimo-nos estabelecer aqui uma distinção pertinente: uma coisa é considerar o extralingüístico na base da produção do evento semântico e outra considerá-lo como *objeto* da semiologia e/ou da lingüística. O A. afirma categoricamente à p. 39: “o fato de o referente ser *extralingüístico* não significa que deva ficar *fora* da lingüística”; nós, em troca, afirmamos, também categoricamente, que se o referente é *extralingüístico* deve ficar *fora* do *objeto formal* da lingüística. Que o referente seja necessário para entender a gênese do significado “tout court” não significa que ele (o referente) *faça parte do significado lingüístico* que é o objeto formal da semântica lingüística ou axiologia.

O A. fala de “uma dimensão anterior à própria experiência verbal” que não é a realidade “tout court”, mas “a *percepção-cognição*, onde justamente se fabricam os referentes/objetos mentais/unidades culturais” (p. 39). Não estará caindo em ambigüidade semelhante àquela que ele critica em seus antecessores? Veja-se como Blikstein identifica aqui *referentes* com *referências* ao colocá-los como sinônimos de objetos mentais e unidades culturais. Este referente não é, porém, o referente de Ogden e Richards que se identifica com a realidade em si. Os referentes de Blikstein são fabricados pela *percepção-cognição* e são, portanto, não as coisas em si mesmas, mas as *coisas conhecidas* e, nesse sentido, não são mais referentes senão referências, significados, conceitos... Não entendemos como possa afirmar-se que estes *referentes* (= referências, objetos mentais) estejam “desprovidos de um estatuto lingüístico” a não ser que se aceite a teoria — que no fundo parece ser a defendida aqui por Blikstein — de que anteriormente ao significado lingüístico existem significados produzidos pela percep-

ção/cognição, aos quais virá depois a acrescentar-se a experiência verbal. Será, porém, possível distinguir claramente esses dois momentos no processo de aquisição do conhecimento e da linguagem por parte das crianças?

Parece-nos que o A. utiliza ambigualmente o termo *significado* aplicando-o, às vezes, a uma pretensa dimensão cognitiva pré-lingüística e, às vezes, aos valores lingüísticos ligados à experiência verbal.

Por que essa insistência numa dimensão perceptivo-cognitiva ou numa percepção/cognição? Qualquer processo perceptivo é cognitivo. Qual a necessidade dessa duplicação terminológica? O A. não esclarece. Pretenderá, com esse emprego, dizer que nem toda percepção é cognição? E em que consistiria, então, a cognição? Trata-se somente do conhecimento intelectual? (já que perceber diz explicitamente conhecimento por meio dos sentidos...). Por que *cognição* e não simplesmente *conhecimento*? *Cognição* é o ato de conhecer, mas *conhecimento* também pode significar o mesmo.

Segundo Blikstein “a lingüística deveria (...) procurar detectar a função e o papel [da experiência perceptivo-cognitiva] na configuração do “real” bem como na arquitetura conceitual do nosso pensamento” (p. 39). É óbvio que não se trata do *real em si*, que é anterior ontologicamente a toda e qualquer configuração, mas do que o A. insiste em chamar de “referente”, fabricado pela percepção/cognição (e, portanto, referência mais do que referente). Não entendemos como esse “real” fabricado possa distinguir-se, como o faz o A., do “nosso pensamento”...

Bem faz o Prof. Izidoro em criticar o exagero de lingüistas de diferentes escolas e tendências ao atribuir à linguagem o papel modalizador da estrutura conceitual do universo (Humboldt, W. v. Wartburg, Trier, Weisgerber, Porzig, Sapir-Whorf, Matoré, Martinet, R. Barthes, Benveniste). O que está errado é o exagero, não o reconhecimento do caráter primordial da linguagem na organização do pensamento. “Se a língua é o ‘molde’ ou a ‘grande matriz semiótica’ da sociedade, é necessário reconhecer que a experiência perceptiva já é um processo (não-verbal) de cognição, de construção e ordenação do universo” (p. 42). O caso de Kaspar Hauser e, sem ir tão longe, a estruturação cognitiva dos surdos-mudos, são argumentos em favor da crítica de Blikstein contra a atitude preponderante em lingüistas e semiólogos de privilegiar indevidamente o papel da linguagem na organização de nosso universo conceitual.

Concordamos, plenamente, com o A. em que é necessário esclarecer “esta face ainda obscura do mecanismo da significação”, a saber, “como *percebemos* o mundo, as ‘coisas’, a ‘realidade’?” (p. 42). O que Blikstein, contudo, parece esquecer é que o ser humano normal não passa por um processo de percepção anterior a toda e qualquer linguagem; a percepção se dá num ambiente saturado de manifestações lingüísticas. Será possível separar as influências mútuas dos dois processos paralelos e interdependentes? A criança desde antes de nascer começa já a “perceber”, isto é, a ter sensações; uma dessas sensações é a de ouvir a voz da mãe e a dos que falam perto dela; as percepções da criança estão, portanto, impregnadas de linguagem desde o começo. Isto, porém, não diminui o interesse da investigação que Blikstein defende com tanta insistência e penetração, a saber, o estudo da relação “entre percepção/cognição e significação lingüística” (p. 42). Segundo ele o estudo da significação lingüística não pode ficar alheio à investigação dos nossos processos perceptivo-cognitivos.

O Cap. VII — *A captura do referente*, é provavelmente, o mais inovador e, ao mesmo tempo, o mais discutível. Embora a crítica com que começa o capítulo, dirigida aos equívocos e incoerências de E. Buyssens, seja pertinente, não o é, no mesmo grau, na nossa opinião, a solução apontada por Blikstein. Com efeito, na proposta de releitura

das afirmações de Buysens, o referente torna-se ‘cognoscível’, ‘produto da dimensão perceptivo-cognitiva’ vinculado diretamente ‘com a significação lingüística’ (‘na medida em que *não* é, mas representa a realidade extralingüística’) (p. 45). Não vemos como possa ser claramente distinguido, a partir de agora, o ‘referente’ (fabricação ou objeto mental) da referência. Menos ainda quando esse referente é identificado com a OUSIA de Platão e com o OBJETO de Saussure: afinal, as OUSIAS correspondem às *essências* e estas aos *significados* ou referências. A não ser que Blikstein pretenda dizer que o referente é o ‘real-conhecido-pelos-sentidos’ (= percebido) enquanto a referência seria o *significado conceitual-lingüístico* correspondente a esse referente. Mas o A. não nos diz, em parte alguma, que o ‘referente’ seja puramente sensorial e o significado ou ‘referência’ puramente conceitual. De fato o A. não se preocupa com comparar (e distinguir) o seu ‘referente’ com a referência. As citações de Greimas, Coseriu, Saussure e, mais ainda, de Chomsky, parecem confirmar que o ‘referente’ de Blikstein não é de natureza puramente sensorial: ‘pode-se inferir que a nossa percepção não é ‘ingênua’ ou ‘pura’ mas está condicionada a um sistema de crenças e estratégias perceptuais’ (p. 50-51).

Mais ainda, ao afirmar o A. que ‘por obra da percepção/cognição, a semiose irrompe durante a transformação da *realidade* em *referente*’ (p. 49) está reconhecendo implicitamente que o referente é um *significado* e, portanto uma referência, mais do que um referente em sentido tradicional. Que outra coisa significa *semiose* senão a atribuição de um significado a um significante (ou vice-versa) ou seja um processo de significação?

O Cap. VIII — *Práxis, referente e linguagem*, embora interessante e estimulador, não deixa de criar perplexidades no leitor atento: a percepção, que antes (nos capítulos anteriores) parecia ser de natureza sensorial e individual, fica condicionada à prática social, neste capítulo; ‘...é nessa *prática social* ou *práxis* que residiria o mecanismo gerador do sistema perceptual que, a seu turno, vai ‘fabricar’ o referente’ (p. 53): noutros termos, a própria percepção estaria condicionada por uma prática social que o A. supõe anterior à linguagem. Esta suposição constitui, na nossa opinião, um ponto muito discutível na argumentação de Blikstein em favor de um referente ‘fabricado’ pela percepção social, referente este também anterior à linguagem.

Se este referente é anterior à linguagem fica mais uma vez e, contrariamente às intenções do A., *fora* do processo da significação lingüística. À p. 54 confirma-se explicitamente o nosso receio, manifestado antes, de que para o A. a percepção fosse puramente sensorial, enquanto a cognição seria o conhecimento (intelectual) fruto de uma prática social. Na realidade, porém, essa distinção não é utilizada por Blikstein em muitos casos em que, como por exemplo, às p. 56 e 58, fala de uma *percepção* ligada à *práxis* social. No nosso ver essa terminologia, percepção/cognição, acaba sendo perturbadora na medida em que não é esclarecedora do pensamento do A. e na medida em que introduz uma distinção desnecessária entre *perceber* (que é um processo cognitivo) e *conhecer*.

Todavia, o ponto mais discutível deste capítulo, como já manifestamos acima, é a suposição latente de uma *práxis social sem linguagem* e anterior a ela. Suposição gratuita porque, no homem histórico, um dos elementos fundamentais da *práxis* social é justamente a linguagem, mesmo na definição marxista assumida pelo A.: ‘conjunto de atividades humanas que engendram não só as condições de produção, mas, de um modo geral, as condições de existência de uma sociedade’ (p. 54). Quem poderá negar que a atividade lingüística é uma das mais importantes nesse processo todo?

O exemplo de Kaspar Hauser não facilita a posição do A. porque ele foi uma exceção e careceu de uma *prática social normal* (isto é, intimamente ligada à linguagem) no condicionamento de suas percepções. Blikstein concede aqui que a linguagem também tem parte nessa percepção do mundo, embora a separe estranhamente da práxis como se a linguagem não fosse um dos elementos da prática social: "...os elementos que modelam a percepção do mundo e as configurações conceituais podem ser capturados não só na linguagem mas sobretudo na dimensão da práxis" (p. 55). Note-se como, mais uma vez, se confirma a nossa impressão de que para Blikstein a *percepção* diz respeito à recepção de estímulos *sensoriais*, distinguindo-a, por isso, das configurações conceituais (que seriam a cognição...). Esta distinção é insustentável no ser humano que é simultaneamente sensitivo e intelectual, embora possamos nocionalmente distinguir as operações sensoriais das intelectivas. A percepção humana é, de fato, simultaneamente sensorial e intelectual, não tendo, portanto, consistência falar de uma percepção primeiro sensitiva e depois intelectual, como parece sugerir o A.

As citações de Schaff não provam nada em favor da postura do A. Com efeito, em momento algum Schaff diz que a práxis social "considerada indefectível e vital para a existência e sobrevivência de qualquer comunidade" (p. 56) seja independente ou anterior à linguagem. Daí que seja perturbadora, mas não no sentido invocado por Blikstein, a conclusão de Schaff citada à p. 58: "a linguagem desenvolveu-se historicamente no contexto dessa *práxis vital*..." Essa afirmação de Schaff pode perfeitamente interpretar-se no sentido de que a *práxis social* desenvolve historicamente, em qualquer comunidade, *uma linguagem específica* que é parte integrante e inseparável dessa práxis social. O termo "desenvolver" não supõe necessariamente prioridades cronológicas nem da práxis, nem da linguagem...

Daí que o gráfico n.º 13 (que deveria figurar não na p. 57 mas na p. 58 depois da conclusão), embora seja muito elegante e sugestivo, não corresponde, assim nos parece, a uma visão *objetiva* das relações linguagem/percepção/realidade. A imbricação e complexidade desse relacionamento é muito maior do que o que sugere a visão marxista e simplificadora em que se inspira o professor Blikstein.

Observe-se, outrossim, como, a partir deste capítulo VIII, o A. elimina de seus gráficos a *referência* ou significado que fica assim implícita no termo linguagem (símbolo + referência); parece uma volta inconsciente ao signo de Saussure e, portanto, a uma expulsão do referente do campo da lingüística: tanto no gráfico n.º 12 quanto no n.º 13 o referente fica fora da linguagem! Este "referente" contudo, torna-se, de fato, *referência*, na medida em que ele é fabricado, construído por nosso aparelho perceptivo-cognitivo, enquanto a linguagem (nomes diferentes de "neve") fica reduzida ao mero significante. Esta visão é, aliás, muito condizente com a visão marxista do signo (ver, por exemplo, a doutrina de Reznikov a esse respeito).

Cap. IX — *Corredores isotópicos e estereótipos*. As considerações, muito interessantes aliás, deste capítulo, relativas aos mecanismos com que a práxis engendra os elementos modelantes da percepção são todas aceitáveis (embora o *recorte imposto pelos corredores isotópicos* nos pareça um pouco simplista no seu binarismo redutor e arbitrário). Não é, porém, aceitável o distanciamento ainda maior que o A. estabelece entre a práxis e a linguagem como se esta não participasse, e muito ativamente, na articulação dos traços ideológicos e dos corredores isotópicos. Também não é inteiramente objetivo falar de um "universo amorfo e contínuo do real" "tout court": esta alusão à concepção glossemática da substância do conteúdo esquece que se trata de um universo *lingüisticamente amorfo*, isto é, aproximadamente o universo dos surdos-mudos que,

previamente ao uso da língua, oferece recortes naturais óbvios e indiscutíveis (em algumas áreas da experiência, pelo menos) e que, portanto, não é amorfo em todos os sentidos indiscriminadamente, a não ser que aceitemos sem discussão as concepções idealistas de Kant sobre a incognoscibilidade do real. Não parece ser esta, porém, a visão reconhecidamente marxista e, portanto, bem realista do nosso Autor.

Cap. X — *Semiose não-verbal e pensamento visual*. A afirmativa com que começa este capítulo, a saber: “Todo esse processo — da práxis ao referente — desenvolve-se, em princípio, numa dimensão não verbal, sem a intervenção obrigatória da língua”, é demasiado categórica para poder ser aceita. O A. não fornece provas científicas de afirmativas como estas que partem, inconscientemente, de uma super-valorização dos esquemas (gráficos) fabricados por ele mesmo no seu entusiasmo inovador. Pelo simples fato de o ser humano estar imerso num universo predominantemente lingüístico, desde antes de nascer (o feto humano ouve a voz da mãe e dos que falam perto dela) fica muito difícil admitir que o processo — idealizado por Blikstein — e que iria da práxis ao referente (entendido mais como “referência” do que como “referente” na nossa opinião), se desenvolva numa *dimensão não verbal e sem a intervenção da língua*. Essa intervenção só não é obrigatória no caso das crianças surdas-mudas ou isoladas do convívio humano (como Kaspar Hauser). Portanto, fica também prejudicada a afirmação de que exista “todo um universo de significação implicado na dimensão não-verbal da percepção/cognição e que é gerado no trajeto práxis-estereótipo-referente.” (p. 66).

As citações, que o A. utiliza, ou nada falam de uma pretensa exclusão da dimensão lingüística, como as palavras de L. Althusser da p. 66, ou são muito poéticas para serem utilizadas como argumento científico (Bachelard, Guimarães Rosa, Eisenstein...).

Não contestamos a possibilidade de os sistemas não-verbais influírem decididamente no nosso aparelho perceptual; o que contestamos é a possibilidade de afirmarmos categoricamente, como o faz Blikstein, que, por exemplo, “a dimensão proxêmica tem fecundado ininterruptamente o nosso aparelho perceptual *sem qualquer auxílio dos códigos verbais*” (p. 75) (grifos nossos). A advertência de E. Hall, que o A. acrescenta como argumento, *não diz* que esses diferentes mundos sensoriais habitados por pessoas de culturas diferentes atuem *independentemente* da língua falada por essas pessoas.

Observe-se, de passagem, que ao introduzir o pensamento de Hall, o nosso A. esclarece que segundo Hall “é preciso que nos demos conta da *significação produzida* pelos sistemas não-verbais dos espaços e dos movimentos” (p. 75). Perguntar-lhe-íamos, se essa *significação produzida* é o referente pré-lingüístico que ele pretende diferente da “coisa em si” e da “referência” (lingüística). Se for o referente, então esse referente é uma idéia, um *significado* (pré-lingüístico). Qual é a relação entre esse significado pré-lingüístico e a *referência* lingüística?

Cap. XI — *Língua e reprodução da práxis*. O que quer dizer que “sem práxis, sem estereótipos, a sua aproximação cognitiva da realidade é direta: para Kaspar Hauser, não haveria referente ou realidade *fabricada*, o que o leva a ver o mundo como um amálgama de manchas” (p. 76-77)? Concordamos com que Kaspar Hauser careça de “óculos sociais”; isto, porém, não autoriza a dizer que ele possua uma *aproximação cognitiva direta da realidade*! Autoriza-nos a dizer que ele se utiliza dos “óculos individuais” que o acompanharam durante 18 anos no sótão em que ficou preso desde o seu nascimento: a realidade por ele fabricada é, logicamente, bem outra daquela fabricada pela sociedade de Nurembergue; não é, porém, a *realidade em si* diretamente conhecida por ele... Socializada ou não, não existe cognição através do olhar *puro*. Os estereótipos

individuais de Kaspar Hauser não lhe permitem ver a realidade senão como um “amálgama de manchas”; a língua tardiamente aprendida por ele fica a serviço do seu “olhar individual” que, por ser inteiramente a-social, acaba sendo uma subversão da ordem estabelecida pela práxis social.

Não vemos como possa Blikstein, a partir de um caso doentio e excepcional, afirmar que “A experiência cognitiva de Kaspar Hauser nos permite, desse modo, divisar com nitidez o momento em que a língua passa a exercer a sua função interpretante ou modelante na percepção/cognição e no pensamento” (p. 79) (grifos nossos). Como se nos seres humanos normais existisse um tal momento em que eles sentissem a necessidade de “recorrer ao sistema verbal para materializar e compreender a significação escondida” (p. 79). A língua não “passa a atuar sobre a práxis” num determinado momento como pretende o A. Ela é *parte* da práxis social! Não faz sentido distinguir “práxis, cinésica, proxêmica e discurso lingüístico” (p.83) como quatro fontes que interagissem mutuamente. A práxis social definida pelo próprio Blikstein à p. 54 como “conjunto de atividades humanas etc.” inclui a cinésica, a proxêmica e o discurso lingüístico. Aqui está, na nossa opinião a grande ambigüidade e a grande falha do discurso bliksteniano: supor uma práxis social separada da linguagem e de outros meios de comunicação e interação humanas (gestos e movimentos) não é aceitável porque não corresponde à realidade social do ser humano. Lembremos aqui as criteriosas críticas feitas por Coseriu à dicotomia *langue/parole*, justamente pelo fato de Saussure ter traçado uma separação demasiado radical entre o indivíduo e a sociedade: o indivíduo é um ser social e como tal muitas das suas manifestações lingüísticas (e outras) não podem ser consideradas como exclusivamente individuais: elas também são sociais na medida em que são interindividuais, coletivas, repetitivas de usos anteriores... Blikstein, por sua vez, nos apresenta uma *práxis social* radicalmente separada da *linguagem*: isto, repetimos, só se verifica em casos excepcionais como o de Kaspar Hauser, crianças feras, surdos-mudos. Em Kaspar Hauser acrescenta-se, além do mais, a ausência de socialização que o transformou em um ser a-social e estranho, mas não desprovido de uma maneira “sui generis” de *ver* as coisas, aquela que chamávamos acima de *óculos individuais*.

Surpreende-nos, todavia, que a partir da p. 80 a língua retome, na visão do A., o lugar que lhe tinha sido tirado nos esquemas e gráficos anteriores. Só que ele continua separando a linguagem da práxis quando, em realidade, aquela é parte integrante da prática social. Parece, inclusive, que chega a lamentar esse papel fundamental da língua na “fabricação da realidade”. Daí o falar de uma função “fascista” da linguagem, de “amarramento” da percepção, de “impasse epistemológico” etc.

A nossa libertação dessas amarras impostas pela linguagem só virá se realizar mediante a função poética da mesma num processo de subversão da estereotopia criada pela práxis. Até o ponto de “a lição de Kaspar Hauser” permanecer “como um modelo de práxis libertadora” (p. 86). Não vemos em que o malgrado adolescente possa constituir modelo nenhum para o ser humano normal, nem podemos aceitar tranquilamente que Kaspar Hauser morra por causa do uso estranho que ele faz da linguagem e que Blikstein chama de “práxis libertadora” (p. 86). No cap. I o A. nos dizia que “o crime nunca foi esclarecido” e que “o segredo de Kaspar Hauser resistirá à dissecação de seu cadáver e até a retalhação do seu cérebro” (p. 12). Terá Blikstein desvendado finalmente o enigma ao atribuir a morte de K. H. a um uso subversivo e libertador da linguagem?

Não somos contrários ao renovado esforço de *ver* a realidade com novos olhos por

razões de libertação e enriquecimento interior. O que não podemos aceitar é que a linguagem seja considerada como um obstáculo para o conhecimento objetivo da realidade: a linguagem padroniza, recorta, unifica as nossas experiências para que possamos comunicá-las, mas não nos faz necessariamente prisioneiros das suas redes; a capacidade de abstração da nossa inteligência, e não um pretenso contato pré-lingüístico ou a-lingüístico com a realidade, é o que nos permitirá usar a linguagem como instrumento, sem transformarmo-nos necessariamente em escravos da práxis lingüística. No uso da linguagem, em sua plenitude funcional, apoiar-se-á a nossa verdadeira libertação das visões e interpretações pré-fabricadas.